

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v6n1p35-45>

— com Alessandra Nicodemos



Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordena o Coletivo de Pesquisa Juventude, Desigualdade Social e EJA no âmbito da Faculdade de Educação da UFRJ. Tem experiência na área de formação inicial e continuada de docentes nos campos da Educação de Jovens e Adultos e Ensino de História.

### **Biografia**

Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade Federal Fluminense (1996). Mestrado (2001) e Doutorado (2013) em Educação pela Universidade Federal Fluminense. É docente da Faculdade de Educação, Coordenadora do Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica - Ênfase Ensino de História (UFRJ) e docente do

## **PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

“Atuar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Educação Brasileira exige de nós pensar um pouquinho anteriormente o que representa essa modalidade de ensino na expansão da educação brasileira. Como o conjunto da educação brasileira, essa modalidade é recente, fruto de uma expansão que se dá no século XX. Seja a expansão da escola básica, a formação da escola de massas ou o reconhecimento da dívida histórica com brasileiros e brasileiras que tiveram negado seu direito à educação. Esse é um processo que vem com o debate da redemocratização e a gente pode considerar a Constituição de 1988 como um marco importante na garantia de direitos, dentre eles, os direitos dos sujeitos da EJA. Ou seja, o Estado precisa ofertar a educação, inclusive para aqueles que não tiveram a escolarização na idade padrão. Ou seja, a Constituição de 88 inaugurou o reconhecimento de que as verbas públicas, que as políticas públicas precisam efetivamente reconhecer esse contingente populacional que é bastante

significativo. Outras legislações vão surgir após 88, sedimentando o campo da EJA. Destaco duas: a LDB 9496 que vai criar outros marcos importantes naquilo que a gente conseguiu construir como educação brasileira, seja a básica ou a superior. E ainda, o Parecer 11/2000, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, que altera os marcos legais e estabelece a EJA como uma modalidade. Esse documento, feito pelo Professor Jamil Cury, tem uma grande importância histórica e política, mesmo que tenhamos algumas críticas, especialmente em relação à questão da faixa etária delimitada pelo parecer, que nos parece ser uma faixa etária ainda muito nova – uma juventude que não consegue concluir o seu estudo e poderia permanecer na escola diurna, dita regular, mas, para além dessa crítica pontual, esse documento é fundamental, pois ele vai dar um status ao atendimento a essa população. Que população é definida por esse documento? Quem tinha mais de 15 anos e não tinha concluído o ensino fundamental e quem tinha mais de 18

anos e não concluíram o ensino médio. E aí nós estamos falando de um contingente populacional enorme, muito diversificado, com 30, 40, 60 anos e o sujeito segue sendo sujeito de direito à educação. Em termos quantitativos, tomados os dados do censo de 2010 – que, infelizmente é o último que temos, estamos falando em torno de 87 milhões de brasileiros e brasileiras, um número muito expressivo de sujeitos que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio nos marcos etários definidos pelo parecer 01/2000. Embora formalmente definida, a EJA permaneceu fora do Fundef e, portanto, embora recebesse uma verba, estava fora da estrutura de financiamento de estados e municípios, situação que se regulamenta com o Fundeb e então, a EJA, passa a ser uma modalidade na qual estados e municípios passam a ter que aplicar recursos. Segundo Osmar Fávero, professor da UFF, referência na temática, a expansão dessa modalidade se dá em dois modelos. O primeiro são programas mais pontuais, que não têm uma perspectiva universal de

atendimento, ofertados pelo governo federal, como o Programa Alfabetização Solidária, no governo Fernando Henrique Cardoso, depois o Brasil Alfabetizado, no governo Lula, o PROJOVEM e outros. Ou seja, são programas para a educação de jovens e adultos mais pontuais e com verbas que vêm para as redes ou para entidades da sociedade civil para executarem essas ações, principalmente em termos de alfabetização. Porém, a gente tem um avanço, e aí Fávero fala de um segundo espaço de atendimento da EJA nas políticas dos estados e municípios, essas sim mais capilarizadas e dentro da estrutura do próprio Estado, com professores concursados, escolas, estruturas efetivas de oferta para EJA. Aí os estados vão ficar mais responsáveis pelo ensino médio e os municípios pela alfabetização e o ensino fundamental. Um exemplo desse tipo de política com mais capilaridade no âmbito federal é o Proeja, um programa do governo federal de educação de jovens e adultos nos colégios federais, como o Pedro II e o IFRJ. Dessa forma, há uma expansão

mais sedimentada na modalidade, pois se garante um atendimento mais a longo prazo, com professores concursados, uma tradição se constrói. O PEJA, no município do Rio de Janeiro, tem três décadas! Trata-se de um programa bastante sedimentado que atravessou vários governos e é bastante referenciado por que ele tem uma estrutura curricular específica: os alunos não estudam todos os dias, não é hora aula, é dia aula, ou seja, num dia ele assistem matemática, noutro português e assim por diante e isso é muito mais interessante, dadas as características específicas dos sujeitos da EJA. São avanços que temos que comemorar, porém, na última década, temos vivido um cenário bem diferente, o fechamento das turmas de EJA, um retrocesso.

Se você quiser saber mais sobre como foi essa expansão da EJA, as questões de demandas e fechamento de turmas e escolas, busque o Coletivo de Pesquisa GeoEJA, liderado pelo Professor Ênio Serra da UFRJ.

## **CAMINHOS DO RETROCESSO**

“Datado a partir da década de 2010, assistimos um processo de fechamento

das turmas de EJA. O tema precisa ser tratado com muito cuidado, pois a alegação dos gestores dessas redes onde houve, no passado, a expansão, é de que as turmas são esvaziadas, os alunos evadiriam, tornando ociosas as escolas, turnos e turmas. Esse argumento vem sendo discutido e negado por um sujeito político de que faço parte, o Fórum Estadual de EJA do Rio de Janeiro, o Fórum EJA. Esse Fórum tem sido bastante ativo no levantamento, na ação e na pressão política sobre as redes públicas. Então, muitas das questões tratadas aqui são objeto do Fórum EJA Rio que, por sua vez, não está isolado, nós temos Fórum EJA em todo o Brasil. Esse movimento de luta tem estabelecido com as redes públicas o debate sobre as especificidades do sujeito da EJA e de resistência ao fechamento de escolas e turmas.”

Se você quiser conhecer e participar do Fórum EJA/RJ, acesse: [Fórum EJA RIO](#), o Canal do Fórum no Youtube, ou faça contato pelo e-mail [forumejario@gmail.com](mailto:forumejario@gmail.com)

## **QUEM É O SUJEITO ALUNO DO EJA?**

“Não é possível discutir o tema da EJA sem considerar que esse aluno não é uma criança, um adolescente ou um jovem que está fazendo sua escolaridade na idade dita regular. O aluno da EJA carrega muito e todas as contradições da nossa sociedade. Ele não é uma criança que tem por trás uma família que, por mais que tenha vulnerabilidades e dificuldades financeiras, estrutura a permanência dessa criança ou adolescente na escola, às vezes de forma mais plena, às vezes de forma mais precária. Quando falamos de um adulto que voltou para a escola, ele não apenas voltou para a escola. Ele precisa continuar trabalhando, lutando pela sua sobrevivência, precisa continuar lutando com as dificuldades da sua vida pessoal, cuidar de pessoas na sua casa, viver situações da sua própria condição de vulnerabilidade. Não podemos esquecer que estamos falando de sujeitos com a mais baixa escolaridade que, obviamente, têm inserções precárias no mercado de trabalho. A fragilidade na manutenção

desse trabalho implica reconhecer situações como, por exemplo, no período de final de ano – quando se abrem vagas temporárias de trabalho - os alunos que precisam escolher entre a escola e o emprego temporário, ficam com o emprego temporário. É uma condição de sobrevivência daqueles que vivem do emprego precário, subalternizado e informal. O poder público precisa reconhecer o aluno da EJA com todas essas dimensões. Se essa escola, essa sala de aula for fechada, o aluno da EJA não volta. A escola precisa estar lá, pois ele pode sair para o emprego temporário e voltar no outro semestre, concluindo uma etapa da escolaridade, já que a estrutura curricular específica dessa modalidade permite fazê-lo em tempo menor que em outras modalidades. A luta pela manutenção da escola é fundamental. Precisamos entender que estamos falando de 87 milhões de brasileiros e brasileiras sem escolaridade, que já tiveram negado o seu direito. Precisamos entender que esse argumento de que há evasão não pode ser o argumento que vá legitimar o

fechamento das turmas. Não teremos na EJA uma turma de 40 ou 35 alunos, pois trata-se de um outro tipo de público, que tem outra dinâmica de vida, mas que são antes de tudo sujeitos de direitos, direito à educação."

## **DISCUSSÕES ATUAIS SOBRE O TEMA**

### **Invisibilidade da EJA nas reformas atuais da educação**

"As Reformas Educacionais em curso no momento têm dimensões privatistas, de responsabilização de professores e estudantes, uma lógica meritocrática e que no conjunto impactam a EJA. Mas, não impactam diretamente pois temos acompanhado um processo que temos chamado de invisibilidade, ou seja, a gente tinha antes o reconhecimento da EJA como uma modalidade e, portanto, concordando ou não, deveríamos estar dentro das reformas. As reformas atuais estão inviabilizando a EJA. Então, se você vai para a BNCC, para a Reforma do Ensino Médio, por exemplo, a Reforma do Ensino Médio em São Paulo, que vai ser implementada a partir do ano que vem, a Educação de Jovens

e Adultos não aparece!!! Em documento de 300 páginas, a palavra EJA aparece na introdução e depois desaparece. Essa invisibilidade muito nos preocupa pois, apesar de não advogarmos a perspectiva educacional das atuais reformas, esse lugar da invisibilidade é um lugar muito perigoso porque ele implica, efetivamente, num não lugar. E aí ele pode justificar a ação das redes públicas pela não oferta, pelo não investimento na EJA."

### **Desescolarização**

"Minha pesquisa tem apontado para duas esferas prioritárias para a oferta da EJA: a Educação a Distância e a Política de Certificação, como o ENCCEJA, onde o aluno vai lá e faz a prova para ter o certificado. Ou seja, a oferta da EJA que antes precisava ter garantida a lógica escolar, vai passar a acontecer fora da escola, seja na EaD, seja na Certificação. Os dados são os seguintes: em 2017, após o golpe de 2016, ainda no governo Temer, acontece a regulamentação da EaD para a Educação Básica, o que não existia antes, já que a EaD era ofertada

exclusivamente para a Educação Superior. Além disso, uma outra coisa que foi ressuscitada com muito investimento e empenho nesse mesmo ano, foi o ENCCEJA. O exame existe desde o governo Fernando Henrique Cardoso, existiu nos governos Lula e Dilma, mas não teve o boom que passou a ter. Hoje, o ENCCEJA está no imaginário, as pessoas escutam falar dele em propagandas na televisão.”

**Mas nem tudo é o real da realidade, como diz nossa juventude.**

“Existe uma realidade concreta, suas contradições e resistências. Tanto a EaD quanto o ENCCEJA, a partir da experiência da pandemia demonstraram ser caminhos não tão fáceis de serem trilhados, quanto se imaginou. Os dados do ENCCEJA de 2017 e 2018 demonstram que os alunos se inscrevem, mas não vão fazer a prova e apenas 18% conseguiram o certificado. Nenhuma escola presencial da EJA, por mais que tenha problemas, podemos conceber ou ter uma taxa de aprovação tão baixa. Isso mostra pra gente que aquela escola de carne e osso, de

pessoas, de tijolos, de afetos e de conhecimento, essa escola é fundamental para o sujeito da EJA. A política de certificação existe, mas as contradições demonstram seus limites.”

Para conhecer os dados do ENCCEJA acesse na página do INEP o item: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-do-encceja>

“Por outro lado, a pandemia nos propiciou viver a EaD, ou melhor, o ensino remoto, aligeirado, da forma como foi colocado, e na EJA temos, de novo, o retrato do não acesso dos alunos. Minha pesquisa atual mostra dados alarmantes: turmas com 30 alunos do Ensino Médio, nas quais 1 aluno acessou a plataforma disponibilizada pela rede estadual, às vezes nenhum acesso. O fenômeno se repete pelo Brasil afora. Os dados estão sendo coletados por diversos pesquisadores e a gente mostra que, se para o aluno da escola pública o ensino remoto foi um desafio, para o aluno da EJA foi muito mais. Se as condições econômicas do país se precarizaram,

para o sujeito da EJA se precarizaram muito mais.”

### **Resistência**

“E é aí que a gente acredita, como militante do Fórum EJA, como intelectual da EJA, que o mundo não é, ele está sendo e daí virá a resistência, como ensinou Paulo Freire. Algumas pessoas dizem que após a pandemia, permaneceremos no ensino remoto. Na EJA eu tenho a maior clareza de que a complexidade é muito maior: esses sujeitos não têm acesso a equipamentos, não têm computadores, não têm dados. Isso no Brasil é muito caro! Não há democratização do acesso. Há relatos dos professores de que os alunos compravam celulares usados para tentar acompanhar, mas esses aparelhos não suportam o material, não suporta o PDF, os vídeos. E aí, como o professor dava aula? Pelo WhatsApp, porque pelo whatsapp não cobra os dados. Os professores gravavam como se fossem podcasts para os alunos ouvirem o conteúdo, fazer os exercícios, fotografar o material e enviar pelo mesmo whatsapp de volta

aos professores. A SEEDUC tinha disponibilizado a plataforma Google, eles podiam ter uma aula exatamente como estamos fazendo esta entrevista, mas isso não é possível, pois estamos falando de sujeitos em grande vulnerabilidade social. Além do que, isso aqui exige um autodidatismo, uma dinâmica de estar dentro do processo de ensino e aprendizagem que, não necessariamente, esse aluno tem. A gente não pode esquecer que esse aluno abandonou/foi abandonado pela escola ou nunca chegou à escola, então ele não tem determinadas habilidades e experiências com esse universo. Algumas pessoas, numa análise mais rasa, dizem “eles vivem no celular”. Mas, convenhamos, isso é completamente diferente desse processo de escolarização. Então, podemos dizer que esses dois pontos – a EaD e a Certificação, colocados na ordem do dia por essas reformas, têm pontos de inflexão e que a própria pandemia trouxe pra nós como lição. Então tem um devir aí que a gente precisa muito reafirmar.



A resistência no nosso campo passa pela discussão e compreensão das esferas do Estado. As políticas de EJA são, necessariamente, políticas públicas. Diferente de outras etapas e modalidades, a EJA só pode ser ofertada pelo Estado, pois como afirma o Professor Miguel Arroyo, “ela atende os excluídos dos excluídos”. Portanto, um campo de resistência é a disputa por essas esferas do Estado. Nesse cenário de devastação, essa disputa me parece clara. Mas tem uma disputa que precisamos fazer por dentro do aparelho de Estado, entendendo que ele não é monolítico, o Estado não está como uma esfera em que a gente não atua. Ele tem as suas perspectivas, os seus alinhamentos ao grande capital, a poderes e a lógicas conservadoras, mas as estruturas por dentro dele são estruturas em que podemos atuar e resistir. Acredito muito nessas possibilidades de disputa pelo Estado e por dentro do Estado.”

### **Uma grande novidade: a experiência da ausência da escola**

“Vivemos hoje como talvez não tenhamos vivido, ao menos na minha geração, uma inflexão na disputa sobre o papel da escola. Ficamos dois anos sem escola. O trauma na interrupção da oferta daquela referência que a escola significava, fosse na escolarização, fosse na guarda dos filhos, marca hoje professores, alunos e famílias. Vivíamos, antes da pandemia, uma narrativa de desqualificação dos professores e da escola, como muito bem demonstram os estudos do Professor Fernando Penna. Proposições desqualificavam a escola e defendiam a educação domiciliar, acusavam os professores de serem doutrinadores e responsabilização exclusiva dos professores pelo fracasso escolar. Isso estava no discurso conservador e está no discurso privatista, pois é fundamental para justificar a privatização. A experiência da ausência da escola não é algo simples e eu acredito muito nessa experiência como um espaço de resistência. As famílias querem que seus filhos voltem para a escola. Os alunos da EJA estão esperando as

aulas voltarem. A experiência da EaD, meio torta, mostrou para esse aluno, e é ele que vai resistir, junto com o professor. É ele quem vai dar um novo sentido. O aluno da EJA tem dito que vai esperar “a escola voltar”. As escolas têm promovido busca ativa, há alunos que no meio desta suspensão podem ficar aí nesse limbo e isso é muito perigoso. A gente precisa como sociedade estar muito atento a isso, ao resgate. Agora, o aluno da EJA fala claramente, “eu não aprendo nada, professor!” Isso porque uma das estratégias, como eles não tinham acesso, era ir à escola, buscar o material, realizar as atividades e devolver ao professor. Feito o trabalho, houve aprovação automática. O aluno adulto diz “eu não quero assim, quero voltar a escola”.

### **Declaração**

“Acredito que no pós-pandemia a gente estabelece um novo pacto, parecido com o pós ditadura militar. Tem, inclusive, um lado professor de que estou falando muito pouco aqui. O professor também quer voltar. Mesmo

que a gente evite generalizações, há um desejo de retorno à experiência humana representada pela escola presencial. Mesmo com todas as dificuldades e contradições, a escola era um dos poucos lugares de convivência desse aluno da EJA que não vai ao cinema ou ao teatro. Acho que a gente vem hoje para uma nova disputa para o sentido da escola pública, para os professores e para os alunos e suas famílias. E a importância de talvez ser a única política pública a que ele tem acesso”

### **Paulo Freire sim ou não?**

“Muito sim, pois Paulo Freire fala exatamente de duas dimensões de que estamos falando aqui. Uma é a inconclusão do ser. Frente à ruptura provocada pela pandemia, a certeza de que vamos nos reconstruir. E a dimensão do Paulo Freire sobre a humanidade no processo educacional. E aí, não tem software, não tem programa educativo, pode ser o mais fantástico do mundo...tem uma dimensão humana do processo educativo. É dessa dimensão humana

que eu acredito que vem a resistência. Mesmo que estivéssemos nos marcos das sociedades desenvolvidas e tivéssemos condições estruturais e de equipamentos para todos os alunos da EJA...Não resolveria! Porque tem uma dimensão da aprendizagem, do conhecimento, do afeto que só seres humanos podem fazer. E quem fala isso é Paulo Freire.”